

O protagonismo popular e as instituições republicanas em Maquiavel: a centralidade do povo na política

The popular protagonism and the republican institutions in machiavelli: People's centrality in politics

Ricardo Manoel de Oliveira Morais¹

Resumo: este artigo tem por objetivo analisar as contribuições de Maquiavel acerca da centralidade política que o elemento popular deve deter em um regime republicano. Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica de obras do Maquiavel e de estudiosos. Segundo o pensador, em toda e qualquer comunidade política existiriam dois desígnios fundamentais e antagônicos, o dos grandes, que quer oprimir, e o do povo, que não quer ser oprimido, cujos enfrentamentos determinam institucionalmente a ordem política de uma cidade em principado, república ou licença. O que se pretende sustentar é que Maquiavel é um pensador que defendeu, em toda a sua obra, a ordem republicana como o melhor dos regimes, uma vez que nele há liberdade e participação popular, e que o povo não só é detentor de uma grande virtude, como deve ter um papel central nos assuntos políticos.

Palavras-chave: Povo. Regime Republicano. Liberdade. Virtude. Maquiavel.

Abstract: this article aims to analyze Machiavelli's contributions about the political centrality that the popular element must have in a republican regime. For that, a bibliography review of Machiavelli's work and scholars will be made. According to him, in every political community there are two fundamental and antagonistic desires, that of the great, who wants to oppress, and that of the people, who do not want to be oppressed, whose confrontations determines institutionally the political order of a city in principality, republic or license. What we want to maintain is that Machiavelli is a thinker who defended throughout his work the republican order as the best of regimes, since there is freedom and popular participation in it, and that the people not only own a great virtue but must play a central role in political affairs.

Keywords: People. Republican regime. Freedom. Popular virtue. Machiavelli.

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC), sendo docente da Graduação e do Mestrado em Direito. Professor Adjunto do CEDIN. Coordenador da Pós-Graduação em Direitos Humanos da ESA-MG/CEDIN. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Político pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Direito pela Faculdade Milton Campos (FDMC). Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE).

1. Introdução

O objetivo deste texto é analisar as contribuições de Maquiavel no que diz respeito à necessidade de o povo deter um papel de protagonismo nas instituições políticas de uma comunidade política bem ordenada, ou seja, uma república. Para cumprir este escopo, realiza-se uma revisão bibliográfica de obras maquiavelianas ao longo do texto (em especial, dos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio em relação à O príncipe), entrelaçando tais reflexões com análises de comentadores. Assim, tendo em vista que tal interpretação da obra maquiaveliana pode causar, à primeira vista, alguma estranheza, tendo em vista que o florentino é considerado muitas vezes como um pensador da dominação ou “conselheiro de tiranos”, será demonstrado que não há uma incompatibilidade necessária ou absoluta entre a leitura proposta e as reflexões de O príncipe.

Evidente que não se trata de resolver as ambiguidades ou fechar o *desdobrar-se* (nos termos de Lefort) da obra de Maquiavel, tarefa que apenas levaria a uma deturpação de seu pensamento. A pretensão é de, neste primeiro momento, demonstrar apenas que existem pontos de convergência entre a parte da obra de Maquiavel que é considerada como republicana (os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio) e a que é considerada “príncipesca” (O príncipe). Vale ressaltar que sendo este texto um artigo, os outros escritos do florentino (os escritos de chancelaria, a História de Florença) não serão alvos de uma análise mais direta.

Em seguida, serão examinados os elementos dos escritos de Maquiavel que demonstram que ele considerava o povo como o elemento central de um regime político bem ordenado. Para tanto, será dada uma breve explicação sobre a sua “teoria dos humores”, segundo a qual em toda e qualquer comunidade política haveria dois humores antagônicos, o do povo que não quer ser oprimido e o dos grandes, que quer oprimir. Além disso, é a partir destes conflitos entre estes humores que uma cidade pode alcançar uma ordem política republicana, principesca ou licenciosa.

O que será pontuado com maior detalhamento é o fato de que, para Maquiavel, mesmo que existam regimes políticos que excluam ou limitem a

participação popular, aqueles que optam por esta via dificilmente poderão alcançar a grandeza e a glória que Roma obteve. Isso porque a república romana, que é o modelo institucional paradigmático na obra maquiaveliana, apenas conseguiu se tornar tão grandiosa e bem ordenada porque os nobres abriram mão de parte de seu poder para proporcionar ao povo uma ampla participação. Além disso, tendo em vista que o humor popular é dotado de uma maior *qualità* e *onestà*, ele é mais elevado, razão pela qual ele deve ser o elemento central de um regime político que prime pela virtude e pela sabedoria (ao contrário do que defendem alguns dos contemporâneos de Maquiavel, como Guicciardini, e toda uma tradição política influenciada pelo platonismo, conforme será também examinado).

2. Maquiavel, o principado e a república

Interpretar ou examinar o pensamento maquiaveliano tomando como chave a questão do elemento republicano-popular pode parecer um disparate, tendo em vista que sua obra é considerada como uma herança da dominação ou, mesmo, anti-republicana. Mesmo porque Maquiavel deixou um tratado que é considerado por muitos um manual de aconselhamento de tiranos que tenham por objetivo conquistar e manter seus domínios com segurança, estabilidade e aparência de legitimidade. Hannah Arendt, em *Sobre a Revolução*, por exemplo, expõe que um dos legados de Maquiavel foi o de considerar que a ação política pressupõe aprender a não ser moralmente bom. Leo Strauss (*Reflexões sobre Maquiavel*) propõe uma interpretação no mesmo sentido. O próprio Foucault (*Segurança, Território, População*) considera que embora Maquiavel tenha contribuído para o pensamento político ocidental, sua preocupação estaria voltada para refletir acerca de uma relação entre o príncipe e seu domínio, relação esta marcada pela força e pela violência

Existem uma série de passagens da biografia de Maquiavel e d'O príncipe que parecem ratificar tal hipótese. Com a queda do regime republicano em Florença, Maquiavel foi destituído de seu cargo, preso,

condenado e torturado, sob a suspeita de ter conspirado contra o governo recém reinstaurado dos Medici. Com a sua saída da prisão, ele tentou retornar aos ofícios políticos procurando meios para se recomendar às autoridades da cidade (os próprios Medici). Com isso, ele escreveu a Francisco Vettori (recém nomeado embaixador florentino em Roma) em 1513 pedindo que ele usasse sua influência em seu favor, fazendo com que seu tratado sobre os principados chegasse aos governantes. A esperança de Maquiavel era que seu escrito lhe rendesse a atenção dos Medici. “Um dos motivos para querer atrair a atenção para a obra – como mostra sua dedicatória de *O príncipe* – era o desejo de oferecer aos Medici ‘um sinal de minha devoção’ como súdito leal” (SKINNER, 2012, p.35-36). Inclusive, a dedicatória da obra é feita a Lourenço de Medici, príncipe governante da cidade no contexto em que a obra foi escrita. Portanto, se Maquiavel se mostra como um pensador da dominação que aspirava ser conselheiro de príncipes, pareceria, como dito, despropositado inferir que ele era um defensor da república e da participação popular nos assuntos políticos.

Todavia, não se pode desconsiderar que toda a obra maquiaveliana é marcada pela retórica. Neste sentido, o Florentino não foi um teórico da aparência, da *doxa*, da imagem ou da persuasão. Ele não se preocupou em problematizar tais questões como objeto de reflexão. O pensador se utiliza de termos como “simulação”, “dissimulação”, “reputação”, “espetáculo”, sem reserva, sempre gravitando em torno da noção de *aparência*. Tal noção, não obstante, não pode ser considerada como um conceito, o que a filosofia platônica opõe ao *ser* ou à *essência*. A política, na filosofia maquiaveliana, é uma condição fundamental de desenrolar-se na aparência, sendo todo ator político e toda ação política comprometidos com sua representação (ADVERSE, 2009, p.33). Muito antes de Maquiavel, os tragediógrafos igualmente jogavam com a aparência, valendo apontar que muitos dos termos

que foram naturalizados na política são oriundos do teatro (cenário político, ator político, representação de um papel, bastidor)².

Além de a retórica ser uma questão que marca a obra maquiaveliana – e, por consequência, a lisonja e a aparência, o que poderia justificar, em parte, uma dedicatória a um Médici – grande parte dos exemplos utilizados por Maquiavel de principados contemporâneos à sua época foram de príncipes que fracassaram. Costa (2019) aponta traços da tradição grega trágica na obra do Florentino, sendo esta uma explicação plausível para o insucesso dos soberanos renascentistas. “No tempo trágico (cíclico), os ‘heróis’ ou superam as dificuldades previstas e imprevistas ou sucumbem, sem nenhuma garantia de justiça final”, advindo as adversidades do absoluto acaso. E, mesmo sendo o príncipe dotado de conhecimento e *virtù*, ainda assim ele estaria submetido à Fortuna (COSTA, 2019, s.p.).

A teoria trágica do encontro também está presente nos textos políticos mais famosos de Maquiavel. Nos *Discursos*: “Já considerei várias vezes que a razão da má e da boa fortuna dos homens vem do ajuste de seu modo de proceder com os tempos” (Maquiavel, 2007b, p. 351). No capítulo 25 de *O Príncipe*, o supostamente mais moderno do livro mais moderno de Maquiavel, esta teoria trágica aparece quando ele explica que o sucesso das ações depende de um encontro (*riscontro*) do “modo de proceder com os atributos do tempo”. O “encontro” não é fácil, pois os tempos variam muito (*variazione*), o que exige diferentes modos de proceder dos agentes políticos. Entretanto, “nem se encontra homem assim tão prudente que saiba se acomodar a isto”, porque por mais “prudência” ou conhecimento da política que uma pessoa tenha, ela “não pode desviar-se de sua inclinação natural” (Maquiavel, 2007a, p. 239). Nos *Discursos*, esta ideia trágica de um agente que não é soberano - quer dizer, que não “comanda a sua natureza” -, é retomada e associada à durabilidade das formas de governo, pois Maquiavel argumenta que as repúblicas

² A tragédia problematiza essa contradição ao retratar a vida de um agente que é forçado a fazer escolhas num teatro político instável de valores ambíguos. O trágico evidencia a confusão entre a ordem racional e o contingente, demonstrando a oscilação entre tais dimensões. Há um paradoxo sobre o agir humano e a responsabilidade: por um lado, o agir é objeto de reflexão racional e debate público; por outro, não é suficientemente autônomo e autossuficiente, já que a sanção divina está presente. Segundo Santos (1998), “Normalmente, quando falamos em tragédia, principalmente a grega, compreendemos que se trata da tragédia do destino e da necessidade. Procuro uma leitura diferente, uma leitura libertária da tragédia. Não se trata tanto da tragédia da necessidade nem da tragédia do destino, mas da tragédia da liberdade. O teatro grego, a meu ver, é o teatro da liberdade. Vou tentar, então, conciliar essa concepção do teatro da liberdade com a tragédia no mundo ético ou no mundo político”.

têm vida mais longa que os principados, porque se acomodam à diversidade dos tempos, em razão da diversidade dos cidadãos que nelas há, enquanto o principado duraria menos (Maquiavel, 2007b, p. 352-353). Inclinações naturais e hábitos limitam a flexibilidade dos agentes, o que enfraquece (sem eliminar) sua capacidade de seguir a prudência de modo a fazer o necessário em cada contexto para agarrar a *Ocasão*, esta deusa fugidia que não tem cabelo nas costas. Como nas tragédias gregas, em Maquiavel a falta de flexibilidade do agente pode induzi-lo ao erro (*hamartia*) que precipita a sua queda. A vantagem das repúblicas, porém, vira uma desvantagem no final da seção citada, quando Maquiavel escreve que as ordenações das repúblicas “são mais lentas”, aparentemente porque dependem de um número maior de pessoas para tomar decisões, e, para agirem de modo menos lento, precisam de “tempos que comovam toda a república”³.

Ainda, Maquiavel, nos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, aprofunda suas reflexões sobre o tema da república, da liberdade e do conflito, classificando a república popular romana como o melhor regime que já existiu (afirmação que merece ser cotejada à luz das mesmas ressalvas apontadas quanto à questão da retórica), sustentando que Roma seria digna deste título pelo fato de os conflitos políticos terem levado à ampliação da participação popular, que é essencial para que uma cidade tenha estabilidade e possa alcançar a grandeza e a glória. Daí então surge a discussão: se há marcas republicanas e de “dominação” na obra de Maquiavel, qual seria sua real posição?

Para responder à questão alguns intérpretes partem dos eventos biográficos, sustentando que O príncipe teria sido escrito apenas para que Maquiavel retornasse à atividade política. Skinner (2012, p.35) expõe que a vontade de Maquiavel em retornar à política era tamanha parece “[...] ter prejudicado seus critérios de argumentação normalmente objetivos [...]”, visto que no capítulo 20 ele afirma que “[...] os novos governantes podem vir a descobrir ‘que homens que tinham visto com desconfiança nos estágios iniciais de seu governo provam ser mais confiáveis e úteis do que aqueles em quem confiaram a princípio’”. O objetivo de retornar à política somado ao fato de

³ Sobre a relação entre o teatro grego e o pensamento político, ver Moraes e Andrade (2023), Moraes (2017, 2018, 2020, 2021 e 2022).

ter dedicado O príncipe “Ao magnífico Lourenço de Medici” fariam com que este tratado fosse considerado como, se não uma contingência biográfica movida por ambição pessoal, ao menos um escrito onde a objetividade de Maquiavel estaria comprometida.

Hans Baron, McCormick e outros expressam uma posição que, ponderando as “segundas intenções” de Maquiavel, considera os Discursos como seu maior escrito, pois só nele haveria a sua real posição político-intelectual de defensor da república popular. Vale dizer que Maquiavel a dedica a dois jovens defensores de ideais republicanos frequentadores dos *Orti Oricellari*. “Já na apresentação do livro [*Discursos*], Maquiavel se posiciona de modo a ressarcir a imagem anti-republicana, quiçá implicada na dedicatória de *Il Principe*” (VALVERDE, 1999, p.337). Além disso, deve-se considerar o esforço de Maquiavel em mudar a imagem que a dedicatória da obra anterior criou, pois nos *Discursos* ele “[...] não hesita nem mesmo em dar um passo ousado, pois critica abertamente aqueles que dedicam suas obras aos príncipes, acrescentando um elogio exagerado às qualidades dos jovens discípulos” (BIGNOTTO, 1991, p.76). Sendo os Discursos o retrato da verdadeira posição de Maquiavel, devem ser considerados a sua obra mais grandiosa.

No entanto, tal interpretação negligencia O príncipe sem argumentos contundentes, descartando-o como um escrito contingente e valorizando os Discursos arbitrariamente. Para Bignotto (1991, p.75), situar Maquiavel como um pensador republicano não se resume a “[...] atacar a idéia tradicional do maquiavelismo para substituí-la por uma outra, em que o ‘demônio’ cederia seu lugar ao defensor puro dos mais altos valores da democracia”. Se este fosse o caso, a escolha de uma obra em detrimento da outra não passaria de uma opção arbitrária de cada estudioso. Além disso, a escolha de uma ou outra obra geraria uma dicotomia no pensamento do autor. Em um escrito Maquiavel colocaria o principado como o melhor regime e teria tratado da política sob um viés *objetificante*, como se o político fosse um objeto científico

a ser analisado mediante um método que mede as causas e os efeitos da ação política no terreno institucional. Nos Discursos, mais especificamente no trecho “Pequeno tratado sobre as repúblicas”⁴, Maquiavel teria rompido com a perspectiva anterior e teria colocado a liberdade como o *telos* político, promovendo uma ruptura teórica radical em seu pensamento.

Entretanto, se Maquiavel não critica muitas das posições de uma obra na outra nem aponta para uma ruptura conceitual, tal interpretação parece questionável. Ao promover uma cisão teórica na obra maquiaveliana corre-se o risco de desconsiderar peculiaridades importantes dela, bem como elementos que, inclusive, apontam para uma certa convergência entre as duas obras (o que não quer dizer que não haja ambiguidades ou, até mesmo, pontos de divergência insolúveis para os intérpretes). Diante disso, parece plausível apontar que Maquiavel, mais do que um defensor ferrenho da república ou do principado, pensa a questão política à luz da contingência, de uma realidade que molda e, ao mesmo tempo, é moldada. Por isso que, em *O príncipe*, ele aponta para a necessidade de se encontrar o modo de proceder com o tempo, em contraposição à infelicidade daqueles que, com suas ações, divergem do tempo e da ordem. O debate acerca do “melhor regime” impõe, antes, uma compreensão do tempo, da ordem e, sobretudo, de como a política aparece, se mostra, se desvela e, claro, de como os atores políticos irão se desenrolar na política.

Por essa razão, como expõe Pancera (2011, p.34-35) mais do que apenas privilegiar um dos escritos em detrimento do outro, parece mais interessante tentar compreender um conjunto de pressupostos teórico-conceituais que estariam na base do pensamento de Maquiavel, sendo um deles a divisão e os conflitos nas cidades. Segundo Maquiavel, qualquer cidade é definida ontologicamente por uma divisão entre os que “querem comandar e oprimir e os demais que simplesmente não querem ser oprimidos [...]”. É esta

⁴ Os dezoito primeiros capítulos dos **Discursos** são conhecidos também como o “Pequeno tratado sobre as repúblicas”.

interpretação, no final das contas, que servirá também como ponto de partida para a nossa, permitindo pensar articuladamente o principado e a república” (PANCERA, 2011, p.34-35).

No que diz respeito às divisões que marcam e determinam movem a vida política da cidade a partir dos conflitos, em ambas as obras há tal pressuposto. No capítulo IX de *O príncipe*, que trata do principado civil, Maquiavel aponta a existência de dois apetites fundamentais que determinam a vida institucional das cidades, o desejo dos grandes, que quer comandar e oprimir o povo, e o do povo, que quer não ser oprimido pelos grandes, sendo a partir dos embates entre estes desígnios que as três formas de governo (principado, liberdade ou licença) tomam forma. Nos *Discursos*, esta questão é tratada de forma idêntica no início do Livro I. Interessante notar que nos *Discursos* Maquiavel, ao tratar da determinação institucional acarretada pelos conflitos entre os humores, substitui o termo “república” por “liberdade”. Para Adverse (2007), ele estaria deixando implícito que estas definições são equivalentes, isto é, que só numa república há liberdade. Neste sentido, o tema da liberdade, embora seja aprofundado nos *Discursos*, já aparece n’*O príncipe*. Sendo a república, por definição, o regime da liberdade, esta categoria já subjaz invariavelmente a obra de 1513. Além disso, pode-se inferir que, para Maquiavel, o reino da liberdade é a república. No principado não há liberdade, apenas dominação de um sobre os demais.

Existe também outra convergência acerca do tema da liberdade nas duas obras: a dificuldade em conquistar e manter territórios livres. No Livro II dos *Discursos* Maquiavel fala das conquistas do império romano, elogiando-as, pois muitas delas se deram sobre territórios habitados por cidadãos habituados à liberdade e, sendo mais difícil subjugar povos livres que povos não livres, as conquistas romanas deveriam ser louvadas. N’*O príncipe* ele explica que se um príncipe conquistar um território onde os cidadãos vivem em liberdade, ele poderá encontrar forte resistência, devendo acabar com ela, caso contrário, ela acabará com ele. Embora sob perspectivas distintas, o tema

da liberdade tem a mesma premissa: a ferocidade de povos na defesa da liberdade.

Ainda, existem outros pontos que apresentam pontos de convergência nos escritos de Maquiavel, como a grandiosidade e a perfeita ordenação. Acerca da grandiosidade, Maquiavel, nos Discursos, afirma que as cidades livres (repúblicas) têm maior potencial de alçar a glória, razão pela qual ele analisa a Roma republicana, cidade cuja fundação livre permitiu a sua expansão. Segundo ele, nas cidades onde não há um *ethos* político da liberdade dificilmente alcançaram a glória. Roma, tendo institucionalizado este *ethos*, foi capaz de se tornar o maior império já visto. Por outro lado, quando Maquiavel trata dos principados, ele atribui mais atenção à conservação do domínio que à grandiosidade ou glória. Claro que em um principado podem ser realizados feitos grandiosos e gloriosos. Todavia, como não há um *ethos* de liberdade, esta não é a tendência. No que diz respeito à perfeita ordenação, Roma é o modelo, pois se ordenou como um governo misto, no qual coexistem o principado, a aristocracia e governo popular. As instituições de Roma viabilizaram um campo onde era possível que os humores desafogassem suas tensões sem recorrer às vias extraordinárias, mantendo, com isso, a liberdade cívica e a estabilidade política. Assim, a república de Roma não só foi capaz de refrear a corrupção política, como também de assegurar a liberdade por combinar as três formas de governo que isoladamente são instáveis⁵.

⁵ Maquiavel, ao analisar o ciclo histórico-político polibiano, expõe que todas as formas “puras” de governo (os principados, as aristocracias e os governos populares) tenderiam a se degenerar rapidamente. Um principado inicial rapidamente se degenera, pois, os príncipes começam a se fazer por sucessão, não mais por escolha. São deixadas de lado as obras virtuosas e os príncipes, sob a crença de que devem sobrepujar os outros em suntuosidade, passam a ser odiados por todos os que ele submete. Temendo este ódio, os príncipes passam ao ataque, levando à tirania e às conspirações. Assim, aqueles que por generosidade, grandeza ou nobreza, conseguem se mobilizar derrubar o tirano passam a ser obedecidos pelo povo, que os vê como seus libertadores. Estes, rejeitando a possibilidade do governo um, formam um governo de poucos. Tal governo, lembrando da recente tirania, é dirigido virtuosamente segundo as boas leis. Este governo de poucos é, inicialmente, diligente, probo e voltado à coisa pública. Todavia, quando a administração passa aos filhos destes optimates, que não conheceram as variações da fortuna e a tirania, os poucos se corrompem pela ganância e ambição. Tão logo este regime se torna oligárquico, ocorre com ele o que ocorreu ao tirano: a derrocada por uma multidão insatisfeita. Esta, tendo viva a memória do tirano e

A degeneração política dos regimes “puros” (principado, aristocracia e democracia) no tempo pode apenas ser suspensa, jamais paralisada e é um regime misto (republicano) que pode retardar a corrupção. Mas esta é o fim de todo império: “[...] mesmo as repúblicas mais bem ordenadas hão de encontrar seu término” (ADVERSE, 2013, p.105). Da mesma forma com que Roma se corrompeu com o tempo, chegando a um ponto em que o Senado conferiu poderes extraordinários a César colocando fim à república, toda cidade está sujeita a isso. Mas a ordenação mista – onde há instituições aptas a conduzir os conflitos entre os humores pela via ordinária e a assegurar a liberdade e o governo das leis – é essencial para que uma cidade tenha uma vida longa, estável e seja forte em relação aos seus inimigos.

A ordem de uma cidade, assim como a fortuna de um príncipe, depende das variações do tempo, ou seja, de um elemento contingencial, a Fortuna. Não obstante, como apontado, toda cidade é, invariavelmente, dividida por dois humores fundamentais: o humor dos patrícios, nobres, *optimates*, que tem como objetivo oprimir, e o humor do povo, plebe, *popolo*, que visa não ser oprimido (a liberdade). É a forma como estes humores se confrontam, marcada pela contingência e pela ordem das coisas no tempo e no espaço, que pode levar à emergência de uma república, um principado ou a licença. Havendo certo equilíbrio entre essas forças, pode-se chegar a um sistema misto, no qual cada humor encontra sua parcela de poder. Inexistindo tal equilíbrio, a cidade tenderá à licença (MORAIS, 2014, p.102).

Noutros termos, é uma marca ontológica de qualquer cidade a existência de conflitos entre as duas forças fundamentais da *opressão* e da *liberdade*. A forma como estes conflitos se desdobra na política é o que conferirá grandiosidade ou decadência a uma cidade. A cidade de Florença

a de uma oligarquia, se constitui como um governo popular. Neste ponto do ciclo existe estabilidade, assim como em todas as organizações políticas novas, o que não perdura. Com o passar das gerações e o fim daquela geração que ordenou o governo popular, chega-se à licença. Assim, “coagidos pela necessidade ou pela sugestão de algum homem bom, para fugirem de tal licença, voltam de novo ao principado; e deste, gradativamente, se retorna para a licença, de modo e pelas razões já ditas” (MAQUIAVEL, 2007, p.16-17).

contemporânea de Maquiavel seria o exemplo de como os conflitos geraram degeneração, ao passo que Roma seria o exemplo de grandiosidade. No caso de Florença – não tendo a cidade alcançado um delineamento conflitivo com divisões claras, o que é a marca das boas ordenações –, originaram-se inúmeras divisões (não apenas a clássica divisão romana entre plebe e nobreza), as quais progressivamente a arruinaram: primeiramente, os nobres se dividiram entre si; em seguida, houve uma divisão entre os nobres e o povo; por fim, surge uma divisão entre o povo e a plebe. Por vezes, uma dessas partes, tendo vencido um confronto e se sobreposto à outra (de modo a anulá-la), se dividia em duas. Além disso, sempre que um confronto ocorria entre as referidas divisões, ao final dele, havia inúmeras mortes, exílios e destruições de famílias⁶. No primeiro capítulo do Livro III da História de Florença, sintetiza as diferenças entre os efeitos dos conflitos em Florença e em Roma:

As graves inimizades que há entre os homens do povo e os nobres, causadas pela vontade que estes têm de comandar e aqueles de não obedecer, são a razão de todos os males das cidades; porque dessa diversidade de humores alimentam-se todas as outras coisas que perturbam as repúblicas. Foi o que manteve Roma desunida; é também – se for lícito comparar coisas pequenas e coisas grandes – o que manteve Florença dividida; se bem que os efeitos gerados em cada uma das cidades foram diferentes: porque as inimizades havidas em Roma, em princípio, entre o povo e os nobres eram definidas por disputas, enquanto as de Florença o eram por combates; as de Roma terminavam com leis, enquanto as de Florença terminavam com o exílio e com a morte de muitos cidadãos;

⁶ Os conflitos em Florença são complexos na medida em que as oposições fundamentais entre os humores se tornaram fluídas, artificiais e não naturais. Os grupos que passam a se confrontar não o fazem quando se trata de discórdias naturais e inevitáveis (distinguindo-se no *modo* de desejar), pois as divisões se dão dentro de um mesmo humor e são, por conseguinte, artificiais. Isso evidencia o motivo pelo qual Maquiavel relança sua análise dos conflitos criticando seus efeitos em Florença. “[...] em Roma, era o fundamento da liberdade e grandeza da república e, portanto, positivo; em Florença, nutre a contínua crise, ‘origem de tantas mortes, tantos exílios, tantas destruições de famílias’ (‘História de Florença’, Proêmio) e, portanto, negativo” (AMES, 2014, p.268). Em Florença, o desejo do povo foi além da luta por não dominação, tendo ele desenvolvido um desejo de dominação que só poderia se efetivar em detrimento dos grandes (GAILLE-NIKODIMOV, 2004). Em outras palavras, o *modo* pelo qual o humor da plebe desejou passou a não mais ser *diferenciado* em relação ao dos grandes (AMES, 2014). Assim, se em Roma o desejo popular era racional, em Florença ele era injurioso e injusto, tendo por efeito o constante descontentamento e a exclusão de uma das novas divisões (artificiais) que surgiam. A oposição entre os contrários não se traduzia em liberdade, mas numa concorrência “extraordinária” que levou a um enfrentamento violento e nocivo para a *polis*.

as de Roma sempre aumentavam a *virtù* militar, enquanto as de Florença a extinguíam totalmente; em Roma, a igualdade entre os cidadãos levou a grandíssima desigualdade, enquanto em Florença, de desigualdade, chegou-se a uma admirável igualdade. Tal diversidade de efeitos só pode ser causada pelos diferentes fins que os dois povos tinham em mira: porque o povo de Roma desejava gozar as supremas honras ao lado dos nobres, enquanto o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem a participação dos nobres. E, como o desejo do povo romano era mais razoável, as ofensas aos nobres acabavam por ser mais suportáveis, de tal modo que aquela nobreza cedia facilmente e sem recorrer às armas; assim, depois de algumas desavenças, concordavam em criar uma lei que satisfizesse ao povo e aos nobres em seus cargos. Por outro lado, o desejo do povo florentino era injurioso e injusto, de tal modo que a nobreza preparava sua defesa com maiores forças, e, por isso, chegava-se ao derramamento de sangue e ao exílio dos cidadãos, e as leis depois criadas não miravam à utilidade comum, mas eram ordenadas todas a favor do vencedor (MAQUIAVEL, 2007, p.157-158)

Assim, se, por um lado, existem comunidades políticas que apesar de serem constituídas por dois humores antagônicos, a forma como eles se confrontam leva a um ciclo vicioso ou ao enfraquecimento da cidade, tal como Florença, o caso romano é o exemplo a ser seguido. Roma é representada por Maquiavel como o arquétipo de uma cidade cujos conflitos geraram uma república saudável, na medida em que foi capaz de instituir um modelo onde havia uma ampla participação popular, proporcionando um campo político fecundo para a grandiosidade. Para Maquiavel, a perfeição institucional romana se deveu à institucionalização da liberdade e da participação popular. Contrariamente à tradição, Maquiavel vincula liberdade à discórdia, examinando como os conflitos influenciaram no surgimento de instituições políticas livres, pois “[...] todas as leis para a liberdade nascem da ‘desunião’ entre aristocracia e povo” (MARIN, 2007, p.12). O florentino afirma abertamente que os conflitos políticos e a participação ativa do povo foram responsáveis pela grandeza da república romana, na medida em que propiciaram o advento das instituições livres.

Diferentemente da tradição humanista e, sobretudo, da clássica, Maquiavel elege a República de Roma como o modelo político paradigmático,

colocando como causa de sua grandiosidade e de sua glória o fato de os romanos terem conseguido institucionalizar os conflitos que ocorreram entre a plebe e a nobreza. Mais do que isso, Maquiavel atribui uma nova significação à questão do conflito e das divisões sociais, considerando-as como a causa da grandiosidade romana e não da sua queda ou fraqueza, tornando possível pensar a política não a partir de valores universais transcendentais que se corrompem na imanência (como se a matéria fosse aquilo que corrompe a forma), mas a partir da própria realidade, que é ontologicamente marcada por imperfeições.

Maquiavel propõe analisar como a mais virtuosa, grandiosa e gloriosa das comunidades políticas se erigiram através de um exame comparativo, apontando o que distinguiu a história de Roma da história das cidades em geral. Segundo ele, existiriam cidades fundadas por habitantes nativos (como Atenas e Veneza) e cidades que foram fundadas por forasteiros. Dentre aquelas fundadas por forasteiros, há as que nasceram submetidas a outras e aquelas que tiveram uma fundação livre. Dentre as cidades que têm uma fundação livre, há aquelas que foram ordenadas de uma só vez por um edificador virtuoso e aquelas que não tendo sido ordenadas por um fundador sábio e virtuoso, alcançam a boa ordenação por acontecimentos e contingências, como foi o caso de Roma. As cidades que são *fundadas* com liberdade são as que têm o potencial de se expandir, pois possuem, em potência, a força de alçar a grandeza e a glória.

Acerca da expansão romana, se poderia deduzir que toda república bem ordenada tenderia, em última instância, ao expansionismo. Em outras palavras, é como se a escolha de Maquiavel pelo modelo romano (em detrimento do veneziano ou espartano) excluísse a possibilidade de uma república bem ordenada e não expansiva. Tal posição é corroborada pelo fato de Maquiavel se referir a Esparta e Veneza como “fracas”. Embora essa seja a posição de alguns estudiosos, a hipótese de McCormick (2011) é mais adequada. O modelo romano, embora prometa maior liberdade interna aos

cidadãos, tem como premissa a diminuição de liberdade para as cidades conquistadas. Assim, o intérprete sugere que Maquiavel acredita ser possível a separação da liberdade e do bem comum da aquisição territorial. Todavia, um motivo possível para a argumentação de Maquiavel em favor do expansionismo de Roma seja o fato de seu público imediato (dois jovens *grandi*) ser ambicioso e presumidamente opressor. Nesse sentido, traçar uma forma de os *grandi* alcançarem honras e glórias por meio de conquistas é a principal causa desse argumento, mesmo porque Maquiavel exclui de suas análises repúblicas bem ordenadas como a Suíça, que, embora fornecesse liberdade e igualdade para o povo, não tinha objetivos imperiais.

A obra de Maquiavel é marcada por incursões históricas. Ele, assim como parte da tradição renascentista, concebia a história em termos cíclicos. Dessa forma, havia uma potencialidade de um ciclo de corrupção política se instaurar, numa perspectiva trágica, na medida em que o ciclo histórico pressupõe a corrupção eterna das instituições políticas e dos cidadãos. A possibilidade de se evitar esta degeneração é por meio de uma fundação livre ou uma refundação das instituições da cidade tendo como *telos* a liberdade, refundação esta que pode ser tanto por força de acidentes e contingências históricas, como foi o caso de Roma, quanto por um legislador virtuoso que irá reformar as instituições.

Roma nasceu como um principado e com o passar do tempo se corrompeu. Tão logo os reis Tarquínios foram depostos após a degeneração do principado inicial, pairou uma aparência de união entre a plebe e o senado, “[...] e parecia que os nobres haviam renunciado à soberba, que tinham disposições mais populares e podiam ser suportados por todos, mesmo os de ínfima condição” (MAQUIAVEL, 2007, p.20). Enquanto os Tarquínios estavam vivos, a aparente união persistiu. Os nobres receavam que a plebe, caso fosse maltratada, se reaproximasse dos reis depostos. Todavia, quando estes morreram, o senado perdeu o medo do povo, passando a desrespeitá-lo constantemente. Após um enorme abuso dos nobres, o povo provocou uma

série de tumultos. Após “(...) muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos, para a segurança da plebe” (MAQUIAVEL, 2007, p.21). Dotado deste espírito, o tribunato era uma instituição de mediação entre povo e senado. Os escritos de Lívio acerca da criação dos tribunos (instituição que efetivava a participação plebeia e viabilizava o controle sobre os *grandi*) demonstram claramente os fatos narrados por Maquiavel sobre os eventos que levaram Roma à perfeição institucional (MCCORMICK, 2013, p.259-260).

3. O protagonismo popular: o povo como guardião da liberdade

“Existiria então, em todos os tempos e em todos os lugares, dois tipos de habitantes em uma cidade: de um lado, referido por um singular coletivo, ‘o povo, e de outro, ‘os grandes’”⁷ (GAILLE-NIKODIMOV, 2004, p.13). Para Maquiavel, em toda cidade existem esses dois apetites e eles se manifestam com os seguintes impulsos: “o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo [...]” (MAQUIAVEL, 2007, p.43). Quando o florentino fala nesses humores antagônicos, ontologicamente presentes em qualquer comunidade política, ao analisar os desdobramentos institucionais da desunião entre eles em Roma, seu escopo não é alcançar a “verdade objetiva histórico-institucional” do que ocorreu nas respectivas cidades, mas elucidar como o conflito proporcionou à república romana a grandeza e, à florentina, efeitos negativos. Assim, o secretário explicou como os tumultos, as confusões e as desordens ocasionados pela plebe foram decisivos para que Roma chegasse a uma ordenação perfeita e Florença, a um processo histórico de alternância entre a servidão e a tirania.

A natureza do desejo dos *grandi* (nobres; aristocratas; patrícios; optimates; poucos; grandes) é sempre positiva e determinada, na medida em

⁷ “Il existerait donc, en tous temps et en tous lieux, deux sortes d’habitants dans la cité: d’une part, dénommé par un singulier collectif, ‘le peuple’, et de l’autre, ‘les grands’”.

que quer sempre oprimir e aumentar a sua dominação, ao passo que o do povo (plebe; popular; muitos; *popolo*) é indeterminado e negativo, agindo sempre de modo a não ser oprimido (ADVERSE, 2007). Essas forças sociais antagônicas constituem a dinâmica fundamental de toda civilização (*civiltà*) – ou seja, comunidade política (*polis*) – constituída. A questão que se coloca é a amplitude da participação da plebe em uma república. Isso porque muitos contemporâneos e antecessores de Maquiavel colocavam repúblicas “aristocráticas” – no sentido de uma organização política com baixa ou nenhuma participação popular – como modelares, rotulando repúblicas populares, a exemplo da romana, como tumultuárias e, por isso, ruins.

Noutros termos, sendo o conflito uma marca irremediável da realidade política, ele é a causa em potencial tanto da grandiosidade de uma comunidade política (como se deu em Roma) quanto da sua fraqueza (como em Florença). Para que os conflitos oriundos das divisões sociais possam ser positivos, eles devem gerar efeitos republicanos para a comunidade política, ou seja, os atores políticos e as instituições devem ser capazes de traduzir as tensões e desordens oriundas dos conflitos em boas leis e ordenações. Caso isso não ocorra, a cidade irá se afundar em novos conflitos e gerar constantes divisões artificiais, desnecessárias e, por conseguinte, nocivas, tornando cada vez mais difícil a criação de um campo institucional apto para a absorção ordinária dos enfrentamentos, fazendo com que a via extraordinária se torne cada vez mais frequente. A questão que se coloca é: qual deve ser o segmento político com maior protagonismo, os grandes, com a sua virtude cívica e ambição pela grandiosidade, ou a plebe, com a sua aspiração pela liberdade? Tudo parece apontar para a plebe, considerando, inclusive, o fato de que o exemplo escolhido por Maquiavel é o romano.

Assim, os tumultos e desordens que fizeram com que Roma chegasse a uma boa ordenação foram protagonizados pela plebe, que teve a boa *virtù* de se levantar no *tempo* correto, com os pleitos ordenadores necessários para aquele momento. Se o povo não tivesse reagido no momento correto ou não

tivesse feito as exigências de forma ponderada, Roma poderia ter se corrompido antes mesmo de chegar a ser uma república. No capítulo 58 do Livro I dos Discursos, por exemplo, a posição de Maquiavel já fica clara desde o título: “a multidão é mais sábia e mais constante do que um príncipe”. Nesse capítulo ele inicia sua argumentação acerca da temática da lei, dizendo que uma multidão irrefreada não é mais impulsiva que um homem (um príncipe). Segundo Adverse (2013, p.106-108), quando não há o controle da lei, os homens em geral tendem a cometer injustiças e atrocidades, tanto uma multidão quanto os poucos ou um só príncipe. Todavia, essa “igualdade na maldade” não é absoluta, uma vez que um príncipe ou os poucos encontram muito menos resistência para dar vazão aos seus desejos arbitrários quando desprezam a lei.

Não é demais enfatizar aqui o papel das leis, pois são elas que conservam os bons costumes de um povo e asseguram sua virtude, tornando-o “estável, prudente e grato”, e até mesmo “sábio”. “Acorrentado” pelas leis, o povo virtuoso é um fundamento sólido para a república e lhe assegura maior durabilidade do que um principado [ou uma oligarquia]. E Maquiavel vai mais adiante: levando em consideração que um povo de *virtù* (como o povo romano) aumentou os domínios da República e lhe angariou a glória, conclui que o governo do povo é melhor que o dos príncipes. [...] Trata-se efetivamente de uma abertura do espaço político: vivendo sob a tutela das leis, o povo não precisa mais da tutela do príncipe nem dos nobres para zelar pelo bem comum (ADVERSE, 2013, p.107).

Também no capítulo 47, o florentino relata duas situações que demonstram, de forma bastante precisa, o juízo ponderado, honesto e acertado do povo acerca da escolha dos magistrados, o que já se verifica no próprio título do capítulo: “Os homens, embora se enganem nas coisas gerais, não se enganam nas particulares”.

Visto que o povo romano, como acima se disse, passara a sentir aversão pelo título consular⁸, e desejando que os homens plebeus pudessem vir a tornar-se cônsules ou que a autoridade destes fosse

⁸ Acerca dessa aversão, o capítulo 39 do Livro I esclarece: “[...] o povo, vendo que uma guerra nascia da outra, sem trégua, em vez de achar que aquelas guerras eram geradas pela ambição dos vizinhos, que queriam oprimi-lo, achava que elas provinham da ambição dos nobres, que, não podendo castigar a plebe dentro de Roma, onde ela era defendida pelo poder dos tribunos, queriam levá-la para fora de Roma durante o governo dos cônsules, para oprimi-la onde ela não tinha ajuda alguma. E, por isso, acreditava a plebe ser necessário destituir os cônsules ou regular de tal modo o seu poder que eles não tivessem autoridade sobre o povo, fora ou dentro de casa” (MAQUIAVEL, 2007, p.122).

reduzida, a nobreza, para não macular a autoridade consular com nenhuma das duas coisas, tomou o caminho do meio e contentou-se com a constituição de quatro tribunos com poder consular, que poderiam ser plebeus ou nobres. Com isso a plebe ficou contente, por lhe parecer assim extinguir o consulado e poder participar desse altíssimo posto. Daí surgiu um fato notável: chegado o momento de constituir tais tribunos, podendo estes ser todos plebeus, o povo romano constituiu-os todos nobres. É quando Tito Lívio diz estas palavras: “*Quorum comitiorum eventos docuit, alios animos in contentione libertatis et honoris, alios secundum deposita certamina in incorrupto iudicio esse*” (MAQUIAVEL, 2007, p.138-138).

Traduzindo o trecho de Lívio, “O resultado daquelas eleições mostrou que os ânimos em luta pela liberdade e a honra são bem diferentes dos ânimos do julgamento desapassionado, depois de terminada a guerra”. A plebe, no momento em que precisou julgar os seus próprios para a escolha das magistraturas que a ela cabia, julgou que eles não mereciam e, envergonhada deles, acabou deliberando pela escolha dos verdadeiros merecedores que, por sua vez, eram nobres. E, citando as palavras de Tito Lívio, Maquiavel elogia o ponderado juízo da plebe: “Onde encontrar hoje numa só pessoa a modéstia, a equidade e a magnanimidade que foi então de todo um povo?”. Neste mesmo capítulo 47, Maquiavel cita um outro exemplo, bem mais dramático: o processo eleitoral da república de Cápua levado adiante por Pacúvio Calávio.

Para confirmar, pode-se aduzir outro notável exemplo, ocorrido em Cápua depois que Aníbal derrotou os romanos em Canas. Por essa derrota, toda a Itália estava agitada, enquanto Cápua podia ainda tumultuar-se, devido ao ódio que havia entre o povo e o senado; Pacúvio Calávio, que ocupava então a magistratura suprema e sabia do perigo que corria a cidade de tumultuar-se, concebeu, com sua autoridade, obter a reconciliação da plebe com a nobreza; com tal intuito, reuniu o senado e falou aos senadores sobre o ódio que o povo nutria por eles e do perigo que corriam de serem mortos pelo povo, se a cidade caísse nas mãos de Aníbal, em vista da situação aflitiva em que se encontravam os romanos; acrescentou depois que, se deixassem a questão sob seu comando, ele conseguiria uni-los todos; mas queria encerrá-los no palácio para salvá-los usando o meio de dar ao povo o poder de infligir-lhes castigo. Os senadores cederam a essa sua sugestão. Pacúvio chamou o povo para uma assembléia, depois de fechar o senado no palácio, e disse que chegara a hora de domarem a soberba da nobreza e vingar-se das injúrias sofridas, estando todos ali presos sob sua custódia; mas, como acreditava que o povo não quisesse que sua cidade ficasse sem governo, se desejassem matar os senadores antigos, seria necessário criar outros; para tanto, pusera todos os nomes dos senadores numa bolsa, e começaria a sorteá-los na presença de todos; e cada um dos

sorteados morreria, assim que se tivesse encontrado um sucessor para ele (MAQUIAVEL, 2007, p.139-140).

Após um período de silêncio quando do início do sorteio dos nomes, o povo começou a apontar os defeitos dos sorteados. Pacúvio, então, sugeriu que a plebe indicasse um nome para tomar o lugar daqueles no senado. A plebe, após sugerir vários nomes e discutir os defeitos de cada um deles, chegou à conclusão de que todos os plebeus eram indignos de ocupar o cargo. Assim, Pacúvio conclui que o povo considera o governo atual é o melhor disponível, alegando, com isso, que o povo deveria deixar de lado seu ódio e permitir que os senadores mantivessem sua autoridade. Isso porque o povo deseja mais um bom governo do que vingança.

Embora, a partir desses exemplos, alguns infiram que Maquiavel defendia um governo aristocrático ou minimalista – uma vez que ele próprio elogia o fato de o povo escolher nobres para cargos que poderiam ser ocupados por plebeus –, outra conclusão pode ser tirada. Para Maquiavel, o elemento popular melhora o equilíbrio da cidade se a ele for dada a possibilidade de participação, na medida em que ele é ponderado e sábio (MCCORMICK, 2011). Além disso, em outros trechos de sua obra, como no capítulo 60 do Livro I, Maquiavel apoia explicitamente a ascensão de plebeus a altos cargos, como consulado. Maquiavel elogia implicitamente tanto os plebeus que serviram como tribunos como aqueles que se elegeram para o cargo. Como o próprio florentino coloca no capítulo 58, em centenas de anos, em eleições de cônsules e tribunos, o povo não se arrependeu nem de quatro escolhas.

Além destes, há outros exemplos na obra de Maquiavel sobre o juízo superior do povo na escolha dos magistrados. Nos **Discursos**, Livro III, capítulo 34, é dito que o povo favorece candidatos de boa reputação até que seus feitos provem ser a reputação falsa, ao passo que príncipes tendem a temer homens de grande reputação pelo risco de estes se tornarem seus rivais. Além disso, o povo se inclina pela escolha mais adequada se diante dele houver um orador de confiança para convencê-lo. Por fim, o povo não permite

que servidores públicos saiam impunes pelo mal comportamento por terem realizado bem seus afazeres no passado (MCCORMICK, 2011).

4. Conclusão

Embora a tese deste texto seja a de que há, no pensamento maquiaveliano, uma preferência pela maior participação da plebe, até mesmo em detrimento dos *grandi*, nas instituições, há que se considerar, por outro lado, a existência de passagens textuais expressas de sua obra que se contrapõem a esta tese. A primeira delas é a dedicatória d'O príncipe, assim como esta obra. Além disso, passagens da História de Florença e dos Discursos negam abertamente a virtuosidade do povo, embora as censuras sejam pouco recorrentes nos Discursos. Ainda, não se pode negligenciar o fato de Maquiavel dedicar os Discursos a dois jovens nobres e a reprovação veemente do secretário florentino aos excessos da plebe, inclusive nos *Discursos*.

Todavia, Bignotto (1991) e McCormick (2011) chamam a atenção para um fato: o público imediato ao qual Maquiavel se dirigia com os Discursos era composto por aristocratas. As famílias Rucellai e Buondelmonti (dos dedicatários) foram opositoras ao “governo largo” estabelecido por Savonarola. Muitos dos jovens *grandi* que outrora participaram da destituição de Soderini e da restauração dos Medici em 1512 agora participavam do *Orti Oricellari*⁹ (MCCORMICK, 2011). Assim, os Discursos

⁹ A maioria dos *ottimati* acreditava que um diretor-executivo iria contrabalançar o Grande Conselho (estabelecido e habilitado por Savonarola, que era para os nobres excessivamente inclinado para a democracia). A maioria dos nobres esperava que Soderini criasse um senado (nobre) que iria dominar o Grande Conselho por completo. Essas esperanças foram frustradas quando Soderini, uma vez eleito, optou por ignorar os conselhos de cidadãos proeminentes, como Buondelmonti, Rucellai e Salviati, elevando “novos homens” (como Maquiavel) a cargos de responsabilidade. Consequentemente, foi considerado um traidor da classe. Com isso, passa a enfrentar forte obstrução e intransigência patricias, tendo, inclusive, sua autoridade por vezes burlada, pois muitos nobres se comunicavam ilegalmente com os Medici exiliados. Inclusive, muitos deles continuaram a negociar alianças com a família “rebelde” e a participar de banquetes organizados pelos antigos tiranos. No final, os *grandi*, particularmente os membros mais jovens das famílias proeminentes, conspiraram com os Medici para derrubar a república e restaurar a família ao poder. A relação íntima de Maquiavel com Soderini

lançariam mão de artifícios de sedução visando o convencimento de um público que não era exatamente adepto aos ideais republicanos.

Quanto às repreensões de Maquiavel aos excessos e outros vícios da plebe, cabe algumas observações. De fato, Maquiavel reconhece que a plebe teve um papel crucial para a derrocada da república romana e a emergência de César. Além disso, ele reitera os excessos do elemento popular para fazer frente ao humor dos *grandi*, como na revolta dos *Ciompi* e nas reivindicações por igualdade socioeconômica. Nos Discursos, no capítulo 53 do Livro I, Maquiavel aponta que o povo chega a desejar a própria ruína quando enganado pela falsa aparência, sugerindo a possibilidade de se enganar o povo com relativa facilidade explorando falsas promessas e grandes esperanças. Todavia, há, na obra de Maquiavel, uma presença maior de exemplos de bons julgamentos da plebe que dos seus excessos. É graças à virtude e, até o momento da instituição da república, à incorruptibilidade da plebe que Roma se ordenou. No Capítulo 29 do Livro I, Maquiavel acaba por concluir que a ingratidão do povo não decorre da avareza, logo após atribuir a grandiosidade romana à pouca ingratidão popular, levando a crer que o povo, quando sofre do vício da ingratidão, impõe um ônus menor à cidade que a ingratidão do príncipe. Ainda, Maquiavel pontua que o povo é, efetivamente, mais sábio e mais constante do que um príncipe. Aqui, embora pareça um mero contraponto entre governo popular e principado, o Florentino insere reflexões sobre a superioridade do povo em relação aos outros estratos políticos, exaltando a menor frequência e menor gravidade dos erros populares e a facilidade em corrigi-los.

agravou seus problemas com a nobreza florentina, inclusive com o velho Rucellai. Maquiavel foi, para dizer o mínimo, considerado um não “amigo” por essa geração da elite. Muitas vezes, sofreu o desprezo que esses nobres não conseguiam desafogar diretamente em Soderini. Ao contrário dos Medici, a nobreza florentina não recorreu à violência física contra Maquiavel, mas certamente o atacou com desprezo, tentando deliberadamente minar seu desempenho na atividade política. Contudo, apesar das boas razões para ressentir e desconfiar dos nobres, Maquiavel cultivou amizades com os jovens *optimates* Vettori, Guicciardini, Buondelmonti e Rucellai (MCCORMICK, 2011).

Não obstante, nos capítulos 7 e 9 do Livro I dos Discursos, Maquiavel transforma parte das ressalvas democráticas em relação ao elemento popular na própria justificativa sobre a importância de se fornecer um amplo espaço para a participação e julgamento popular, ao analisar o caso de Coriolano. Este propôs ao Senado que privasse a plebe politicamente, o que causou grande ódio popular em relação a ele. Quando o povo tenta retaliá-lo fora de um julgamento formal, os tribunos intervêm e convocam Coriolano para ser julgado diante do povo, não havendo recurso às vias extraordinárias. Caso o povo o tivesse retaliado fora de um julgamento, o resultado teria sido altamente danoso para a república. Um ataque de uma multidão iria se constituir como um ato privado tendencioso e violento de vingança contra um cidadão, e teria provocado represálias privadas pelos partidários de Coriolano, o que poderia ter desencadeado uma guerra civil e anunciado uma intervenção estrangeira que certamente teria arruinado a república (MCCORMICK, 2011).

Ainda, cabe assinalar que Maquiavel, como um realista político, não pressupunha o ser humano como bom ou mau em essência, como ele explicita no capítulo 28 do Livro I dos *Discursos*. Isso justifica, em parte, a disparidade de suas opiniões quanto aos humores, que são coletivos políticos. Ora, não sendo o homem bom nem mau, mas podendo ser ambos, o mesmo pode se passar em relação aos humores. Todavia, o que parece se delinear em uma análise mais panorâmica de seus argumentos é que o povo é menos propenso ao vício e, por isso, mais confiável, o que não pode levar à conclusão de uma bondade em si. O que Maquiavel compreende como uma realidade da política com potencialidades boas ou más (os conflitos ocasionados pelo povo), toda uma tradição de pensadores, inclusive republicana, classifica como perniciosos, sendo esta a grande inovação de seu pensamento.

Por fim, a comparação entre a forma como Maquiavel compreende o povo em relação a outros pensadores, mesmo republicanos, é patente. Esta tradição, da qual faz parte Guicciardini, entende que o elemento popular é

essencialmente inconstante, volátil, instável, razão pela qual tende a causar conflitos. Se os conflitos devem ser sempre evitados e se a “massa populacional” é justamente aquilo que causa os enfrentamentos e coloca em risco a comunidade política, logo, “conflito” e “povo” estariam diretamente associados. Para os defensores de um regime republicano e aristocrático, como é o caso de Guicciardini, o modelo político ideal deveria ser aquele em que uma elite virtuosa e sábia governasse em nome de acordo com o bem comum. Sendo o elemento popular um risco à harmonia política pela sua instabilidade e suscetibilidade, ele que deveria ser refreado pelas instituições. Neste sentido, não é o conflito entre dois humores que eleva uma cidade a um status de boa ordenação, mas o fato de a cidade ser gerida por políticos experientes preparados para lidar com as contingências singulares. É justamente em meio ao debate em torno das instituições republicanas que Guicciardini demonstra certa hostilidade ao *popolo*. “Dentro do registro de uma leitura aristocrática, Guicciardini levantará sérias objeções às afirmações maquiavelianas, que pareciam vincular o autor dos *Discursi* a uma tradição ‘democrática’ do pensamento florentino” (MARIN, 2007, p.77). Sendo os *grandi* os cidadãos que possuem a “*qualità*”, deveriam ser eles a conduzir os assuntos públicos e a guardar a liberdade.

Maquiavel, ao ponderar que o povo, na maior parte da vezes, não persegue os seus interesses (não opressão) diretamente, mas por meio de representantes e de instituições mediadoras, bem como que o elemento popular não tem desígnios opressores, dá a entender que a sua forma de desejar é marcada por uma maior *onestà* que a dos *grandi*. Com isso, ele reforça sua posição de que o povo (no sentido de *popolo* ou plebe, não de povo uno) é não *um*, mas o elemento central de uma república bem ordenada (MCCOMICK, 2011, 2013). E Maquiavel dá mostras de que o humor do povo é dotado de *qualità* e *onestà*, sendo o mais elevado, apresentando vários exemplos históricos para embasar esta tese, refutando, ao mesmo tempo, a tese dos republicanos aristocráticos de que o povo não teria o discernimento

adequado para participar da vida política diretamente por ser inconstante e instável.

Quando, no citado capítulo 58 do Livro I dos Discursos, Maquiavel inicia sua argumentação sobre o governo da lei, ele afirma que uma multidão irrefreada não é mais impulsiva que um homem (um príncipe). Segundo Adverse (2013, p.106-108), quando não há o controle da lei, os homens em geral tendem a cometer injustiças e atrocidades, tanto uma multidão quanto os poucos ou um só príncipe. Todavia, esta “igualdade na maldade” não é absoluta, uma vez que um príncipe ou os poucos encontram muito menos resistência para dar vazão aos seus desejos arbitrários quando desprezam a lei.

Logo, embora haja momentos de sua obra em que Maquiavel critique a plebe por eventuais exageros, excessos ou ausência de razoabilidade (dando margens para que o seu pensamento seja interpretado como aristocrático), ele critica de forma muito mais veemente o humor dos grandes e os potenciais excessos em que um príncipe pode incorrer. Porém, a virtude do humor do povo estaria no fato de ele saber escolher de forma acertada e ser capaz de, nas condições devidas, manter a liberdade e a integridade das instituições republicanas.

Referências

- ADVERSE, Helton Machado. Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade. **Trans/Form/Ação**, v. 30, p.33-52, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2013.
- ADVERSE, Helton Machado. Matriz italiana. In. BIGNOTTO, Newton (org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- ADVERSE, Helton Machado. **Maquiavel: Política e retórica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- AMES, José Luiz. Transformações do significado de conflito na *História de Florença* de Maquiavel. **Kriterion**, Belo Horizonte, n 129, 2014, p.265-286.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- BIGNOTTO, Newton. (org.). **Matrizes do republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BIGNOTTO, Newton. Nota Metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel. **Revista**

- Discurso do Departamento de Filosofia da USP**, v. 29, pp.111-131, 1998, p.120.
- COSTA, Jean Castro. Maquiavel, pensador trágico. **Lua Nova**, 107, maio-agosto 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/a/JRPVPBPtsCTRMZLzJTPgD6b/#>. Acesso em 3 de abril de 2024.
- DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- DAVID, Antônio. Maquiavel e a *virtù* popular. **Cadernos Espinosanos**, número 32, p.165-197. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/espinosanos/article/viewFile/102695/100935>. Acesso no dia 30 de junho de 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GAILLE-NIKODIMOV, Marie. **Conflit civil et liberté. La politique machievélienne entre histoire et médecine**. Paris: Honoré Champion, 2004.
- MARIN, Marcelo de Paola. **Maquiavel e Guicciardini: liberdade cívica e discórdias cívicas**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- MCCORMICK, John. **Democracia maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz**. Tradução de André Villalobos. Revista Brasileira de Ciência Política, n 12, Brasília, 2013, p.253-298.
- MCCORMICK, John. **Machiavellian democracy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Glossário e revisão técnica de Patrícia Fontura Aranovich. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARTINS, José Antônio. **Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira e CAMPOS, Adriana. Eterno retorno e a perfeição institucional em Maquiavel. **Revista Quaestio Iuris**, 11, 10/12/2018. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/download/32102/27046>. Acesso em 4 de abril de 2024.
- MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira e CAMPOS, Adriana. Maquiavel e o Governo das Leis: a relação entre as leis, as instituições políticas e o conflito. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, 78, 22/12/2021. Disponível em <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/2158/1978>. Acesso em 4 de abril de 2024.
- MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira e ANDRADE, Luiza Rezende. A percepção institucional da república velha no 'Auto da Compadecida': entre Victor Nunes Leal e Ariano Suassuna. **Oxímora Revista Internacional de Ética y Política**, 2023, p.107-127. Disponível em <https://revistes.ub.edu/index.php/oximora/article/download/42386/39711>. Acesso em 4 de abril de 2024.
- MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. O Conflito e a História na teoria republicana: contraponto entre Guicciardini e Maquiavel. **Temporalidades Revista de História**, v.6, n.1, 2014. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/12p100.pdf>. Acesso de 30 de novembro de 2016.
- MORAIS, Ricardo Manoel de Oliveira. **Tragédia, razão e teoria política platônica: a reconciliação entre a racionalidade política platônica e a tragédia de Édipo**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021.
- PANCERA, Carlo Gabriel. **Maquiavel entre repúblicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, José Henrique. **Ética e Política, Uma Tragédia do Mundo Ético**. Cadernos da Escola do Legislativo da ALMG, Belo Horizonte, vol. 5(8), p.9-39, jul/dez, 1998.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.

STRAUSS, Leo. **Reflexões sobre Maquiavel**. Trad. Élcio Verçosa Filho. São Paulo: É Realizações Editora.

VALVERDE, Antonio José Romera. A liberdade cívica no Livro I dos *Discorsi* de Maquiavel. **Hypnoe**, ano 4, n 5, 1999, p.337-354. Disponível em <http://www.hypnos.org.br/revista/index.php/hypnos/article/view/343/347>. Acesso em 12 de outubro de 2016.

Artigo recebido em: 04/04/2024.

Aceito para publicação em: 17/09/2025.